

Aliança não chega a conclusão sobre duração do atual Governo

BRASÍLIA — Nem o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, nem o Ministro Aureliano Chaves, que se reuniram ontem à tarde no Ministério das Minas e Energia, dirão hoje ao Presidente Sarney, como pretendiam, qual a posição da Aliança Democrática sobre a duração do seu Governo. Ulysses informou ontem que nem se encontrará com Sarney hoje. Aureliano anunciou que se reunirá com o Presidente, às 9h30m, mas vai comunicar apenas que o PFL concorda em que seu mandato tenha duração igual a de seus sucessores. O período desse mandato é uma questão aberta e de difícil resposta nos dois partidos.

As divisões no PMDB e a cautela do PFL, que teme definir uma posição e ficar a reboque de seu parceiro

da Aliança, impedem que Ulysses e Aureliano levem a definição. Ulysses terá que aguardar as reuniões da bancada no Senado, segunda-feira, e da Executiva Nacional, na terça-feira, para avançar no processo de consultas ao Partido. Ele também terá que reavaliar a posição de que o PMDB prefere quatro anos para Sarney no regime presidencialista e cinco no parlamentarismo, como chegou a cogitar no meio da semana.

Na quarta-feira, em reunião com os Líderes do Partido no Senado, Câmara e Constituinte, Ulysses tentou apressar a definição sobre o mandato. Foi, contudo, desaconselhado pelos Líderes, sob o argumento de que a decisão não poderia ser tomada

por um grupo restrito. Para a simples duração do mandato presidencial, retirado da discussão o regime de Governo, o Presidente do PMDB também enfrenta dificuldades. Enquanto o próprio Ulysses defende um mandato de cinco anos, o Governador de São Paulo, Orestes Quéricia, defende seis anos e a maioria da bancada na Constituinte prefere quatro anos, com eleições diretas em 1988.

De qualquer forma, um possível acordo político entre as cúpulas do PMDB e do PFL para a fixação do mandato de Sarney não significa, como reiteram parlamentares de ambos os partidos, qualquer garantia de respaldo ao atual Governo.

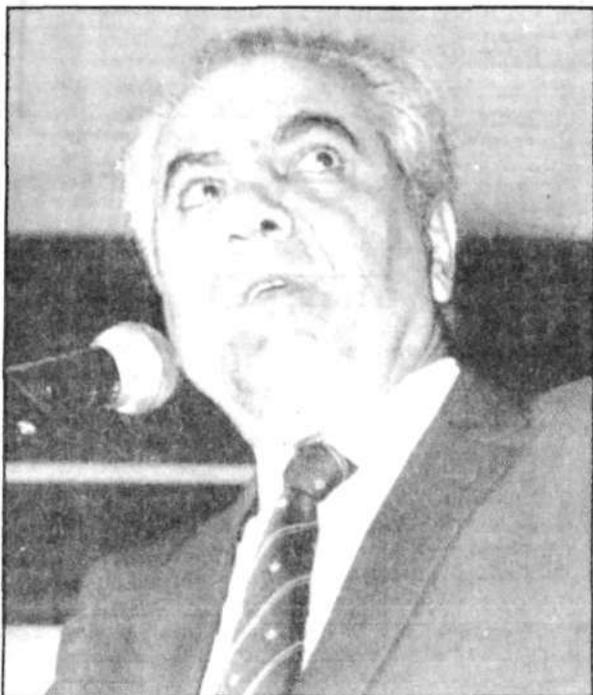
Richa e Covas articulam para que mensagem de Sarney fixe mandato

BRASÍLIA — O grupo político dos Senadores José Richa e Mário Covas rejeita a tese do "parlamentarismo-já" com cinco anos para o Presidente José Sarney e começou ontem a articular para que o próprio Presidente envie ao Congresso Nacional, antes da Convenção do PMDB, mensagem que estabeleça a duração de seu mandato. Para o grupo, as eleições presidenciais seriam realizadas dia 15 de novembro de 1988.

Na avaliação do mesmo grupo, as razões que levariam Sarney a finalmente tomar a frente do processo sucessório seriam, além do grande impasse político e econômico, com reflexos negativos na sua imagem, e o calendário político dos próximos dias. Na segunda-feira, o PMDB reúne a sua bancada no Senado e, na terça-feira, a Executiva. Nos dois casos, a discussão principal será o mandato presidencial, com tendência acentuada pelo período de quatro anos, numa pregação que pode crescer até a Convenção do Partido, em junho.

O bombardeio que a idéia do parlamentarismo-já sofreu ontem no Congresso e a súbita reversão das consultas, dando espaço para uma expectativa de que o próprio Presidente tome a frente do processo sobre a sua sucessão, vieram depois de uma reunião no apartamento de Richa, na quinta-feira à noite.

Junto com Mário Covas e um grupo de parlamentares, Richa avaliou que a tese continha três ingredientes condenatórios: causaria uma nova frustração popular; seria um parlamentarismo esdrúxulo, com a Câmara e o Senado funcionando apenas às segundas-feiras; e atropelaria os tra-



Richa decide não propor mais o parlamentarismo-já

balhos da Constituinte.

Na manhã de ontem, Richa, que se havia preparado para fazer uma defesa do parlamentarismo-já no programa "Bom Dia Brasil", recuou. Reconheceu a existência de discussões sobre o tema e apressou-se a dizer que desconhecia se o Presidente Sarney sabia dessa articulação.

Horas depois, no Congresso, a idéia sofria ataques variados. O Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, indagava qual a necessidade de se fazer uma Constituinte, dividi-la em comissões e subcomissões, estabelecer temas, se assuntos como o do parlamentarismo seriam resolvidos antes.

— Esse é um tema que precisa ser muito amadurecido — assinalou.

Mas não foi só no PMDB que a derrota dessa proposta repercutiu. O ex-Presidente do PFL, senador Guilherme Palmeira acha que a tentativa já nasceu morta. Ele acredita, como os dirigentes do PMDB, que agora Sarney assumirá o comando do processo sucessório.

A nova cartada política do parlamentarismo-já deixou novas seqü-

las no já conturbado ambiente entre Sarney e a cúpula peemedebista. Richa, segundo um parlamentar que participou da reunião no seu apartamento, sentiu-se "um pouco usado" pelo Presidente. E outro setor, ligado a Ulysses, queixa-se também da dupla consulta feita por Sarney. Na segunda-feira, ele chamou Ulysses e o Ministro Aureliano Chaves para um almoço, quando cobrou uma definição sobre seu mandato. Dois dias depois negociou com Richa uma sondagem sobre a possibilidade de presidir num sistema parlamentarista.

Ao contrário do que se apressou a dizer no "Bom Dia Brasil" sobre o desconhecimento do Presidente das sondagens em torno do parlamentarismo, na reunião Richa voltou a contar o encontro que teve com Sarney. Uma conversa que se iniciou numa análise sobre o embaralhamento político que o mandato de Sarney estava causando e terminou com a proposta do Presidente para que verificasse a possibilidade de um parlamentarismo com eleições em 1989.

Mário Covas passou a sugerir, a partir de ontem, uma manifestação prévia dos partidos majoritários na Constituinte em favor de um regime de características parlamentaristas, antecipando o que deve ser adotado no final dos trabalhos. No sua opinião, um acordo nesse sentido daria mais segurança ao Presidente Sarney.

A rejeição de Ulysses, Covas e Richa à hipótese de adoção imediata do parlamentarismo foi insuficiente para desanimar o senador Leite Chaves (PMDB-PR), que há algumas semanas recolhe assinaturas para uma proposta de emenda Constitucional que altera o regime do Governo. Ele já recolheu 60 assinaturas de apoio de senadores e 257 de deputados até ontem, restando 69 para obter o número exigido.

O regime proposto por Chaves é o mesmo sugerido pela Comissão Afonso Arinos e prevê a manutenção em seis anos do mandato do Presidente Sarney, que prestaria compromisso perante o Congresso Nacional de exercer o restante desse período sob o sistema parlamentar.